

Um programa de longo prazo

HADDAD DIZ QUE O PAÍS SAI DA RECESSÃO EM 93/94

O País vai sair da recessão, no biênio 93/94, quando apresentará um crescimento econômico acumulado de 5% do Produto Interno Bruto (PIB). Este é o cenário que o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, traçou para a elaboração do documento "Diretrizes para ação de governo", o programa de médio e longo prazos distribuído ontem a todos os ministros do governo Itamar Franco. A recuperação das atividades econômicas, segundo o documento, será garantida com adoção de medidas de estímulos aos setores exportador, de produção de alimentos e da construção civil, considerados estratégicos pela equipe de Haddad.

Os ministros têm até a próxima semana para apresentar suas críticas ao trabalho de Haddad, que só então submeterá o programa à aprovação do presidente em exercício Itamar Franco. O aumento de produtividade em todos os segmentos empresariais é um objetivo do governo, que dispensará tratamento preferencial aos investimentos externos nas áreas de geração de tecnologia de ponta. A proposta de Haddad prevê o estímulo à associação de capital externo com nacional para ganhar competitividade. O documento considera as atividades exportadoras, a produção de alimentos e a construção civil os setores capazes de dinamizar a economia.

O que pode mudar a curto prazo



- Estão descartados congelamento, choques ou prefixação de preços e salários. Nenhuma

medida será adotada antes de ampla discussão com a sociedade.

- Os bancos oficiais terão mesmas regras de liquidez e solvências aplicadas aos privados. Os bancos estaduais não poderão fazer empréstimos a entidades públicas e terão administração profissional.

- O governo cumprirá compromissos externos e trabalhará para normalizar relações com a comunidade internacional.

- O governo reformulará a Previdência, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), renegociará a dívida dos Estados e reestruturará a dívida das estatais.

- As taxas de juros serão reduzidas gradativamente.



- O SFH terá um programa para a população de baixa renda e outro para a classe média, sendo que este não será subsidiado.

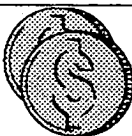
- Governo admite privatizar alguns bancos estatais. O objetivo é reduzir a dívida de curto prazo.

- Diretorias de BC, CVM e Susep terão de ser aprovados pelo Senado e seus mandatos serão fixos.



- Contas do Tesouro ainda no Banco Central (compromissos da dívida externa) serão consolidadas.

- O governo emitirá título público com resgate em dois anos, lastreado em ações das estatais incluídas no programa de privatização.



- Os superávits conseguidos com a reforma fiscal serão usados para reduzir a dívida pública.

- O governo apoiará a política salarial que recupere poder de compra dos salários.

- Tarifas públicas serão reajustadas para manter os valores reais de setembro. Depois, os reajustes terão por base custos das estatais.